

Center for Hemispheric Defense Studies

REDES 2001

**Research and Education in Defense and Security Studies**

**May 22-25, 2001, Washington DC**

Panel on Strategic Studies

**Os Estudos Estratégicos e a Academia Brasileira:  
Uma Avaliação**

**Dr. Shiguenoli Miyamoto**  
(Professor Associado)

E mail – [shiguenoli@globo.com](mailto:shiguenoli@globo.com)

Telefone - (55 11) 55 63 67 55

Fax - (55 11) 55 65 01 00

Departamento de Ciência Política  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
Campinas (SP) – Brasil

### **Abstract**

O texto faz um balanço dos estudos estratégicos no país, mostrando os avanços e as dificuldades encontradas para sua solidificação nas universidades brasileiras, bem como o comportamento dos meios acadêmicos frente a esta área, ainda muito recente entre nós. Embora se possa dizer que houve significativo progresso nos últimos anos, é prematuro dizer que se trata de um campo de investigação consolidado. Através de cinco momentos, apontamos como o tema tem sido tratado, e qual o atual estado da arte.

### **Introdução**

Não se pode falar sobre os estudos estratégicos no país, e a participação do meio acadêmico brasileiro neste campo, sem nos referirmos, inicialmente, a duas grandes áreas que estão estreitamente vinculadas ao nosso principal assunto: as pesquisas sobre as questões militares e as que dizem respeito às relações internacionais. Pôr isso, ainda que rapidamente, vamos dedicar alguns parágrafos para tecer alguns comentários sobre esses dois temas e só então, a partir daí, adentrar mais especificamente no desenvolvimento dos estudos estratégicos no país.(1)

A análise das Relações Internacionais, em sentido amplo, não tem tido ainda, pôr parte dos professores/pesquisadores das universidades brasileiras, a receptividade necessária. Obviamente se pode afirmar, sem qualquer contestação, que a globalização e a interdependência têm se convertido, há alguns anos, no tema do dia a dia. E que tópicos como a dívida externa, os direitos humanos e o meio ambiente, entre vários outros, têm atraído o interesse da mídia impressa e falada, com frequência relativamente grande.

Na última década, esses temas ocuparam também a atenção do meio acadêmico brasileiro. O impacto da chamada globalização foi algo que passou a preocupar a todos, afetando os mais diferentes interesses, principalmente quando se fala sobre a inserção do país no cenário mundial, onde despontam com papel cada vez maior as grandes corporações transnacionais. Destarte, não há evento

passado, ou que esteja sendo feito atualmente, que não incorpore a palavra globalização em seus discursos ou nas propostas de reunião. Ou mesmo que entendem o aumento da criminalidade estabelecendo conexões entre a expansão do narcotráfico e a globalização. É tecendo considerações desta natureza que Juan Tokatlian explica a ascensão do traficante brasileiro Luiz Fernando Costa, conhecido como Fernandinho Beira-Mar, freqüentador assíduo das páginas policiais da imprensa, à categoria de capo da droga da Colômbia. (2) Os acontecimentos verificados em janeiro deste ano, na cidade gaúcha de Porto Alegre, onde se realizou o Fórum Social Mundial, mostram de forma inequívoca, eloqüente, como o setor acadêmico, e em parte político, reagiu a assuntos como a exclusão social, as diferenças internacionais verificadas entre países ricos e pobres e as novas tecnologias para a produção de alimentos como os transgênicos.

Mas, em termos quantitativos, esta literatura é modesta, se colocada lado a lado com outras áreas tradicionais como sindicalismo, partidos políticos, estrutura agrária, movimentos sociais, populações indígenas, etc. Comparativamente às outras temáticas, a produção sobre problemas relacionados não só à inserção do país no cenário regional ou internacional, mas também pertinentes às questões globais, é modesta, embora esteja sendo explorada, e tem ainda muito caminho a percorrer.

Na realidade, não é só a área de Relações Internacionais que detém pouco espaço no âmbito acadêmico. Outros temas passam, igualmente, pôr problemas semelhantes.

Análises sobre as Forças Armadas, pôr exemplo, não mereceram ainda a atenção devida. Evidentemente pode-se dizer que nas duas últimas décadas aumentou o número de teses e textos focalizando a participação das Forças Armadas no cenário político ou a constituição do Ministério da Defesa. Até mesmo temas geopolíticos que tratam das relações dos países do Cone Sul foram objeto de investigação.

Mas, sem qualquer sombra de dúvida, os assuntos militares têm sido, ainda, negligenciados na maior parte das universidades brasileiras, o que está

certamente ligado ao período militar que vigorou no país de 1964 até o seu desfecho em 1985. Contudo, mesmo com todas as dificuldades relativas a tal período, alguns trabalhos de boa qualidade sobre a instituição e o governo militares foram produzidos pela academia brasileira, tanto aqui quanto no exterior, já nos anos 70, como se pode ver pelos escritos, entre outros, de Alexandre de Barros, Edmundo Campos Coelho, Eurico Lima Figueiredo, Rene Dreifuss e Eliezer Rizzo de Oliveira. (3) Mas, foi só a partir do encerramento do ciclo ditatorial, que começaram surgir no país, centros de estudos mais direcionados para tratar esses assuntos, no interior da universidade.

Alguns motivos podem explicar esse tardio desenvolvimento da área. Em primeiro lugar, porque com governos militares, era difícil realizar trabalhos mais consistentes, a não ser aqueles apoiados em matérias de imprensa (muito censurada até 1975), ou então que optassem pôr abordagens históricas, ou ainda geopolíticas. Uma boa explicação para isto se deve, em parte, ao fato de que no período dos governos militares (1964-1985), os obstáculos para se analisar não só a instituição castrense, mas qualquer outro item diretamente vinculado à participação do estamento militar na política nacional, eram quase intransponíveis, muito difíceis de serem realizados, sobretudo para os pesquisadores brasileiros. Tal fato era verificado não só no Brasil, mas em todo o Cone Sul, com a mesma intensidade. Assim, em nosso caso, grande parte da literatura que cobre os anos que vão dos 60 aos 80, salvo poucas exceções, anteriormente mencionadas, foi produzida pelos denominados *brazilianistas*. Embora vivamos em circunstâncias diferentes, quase duas décadas depois do final do regime militar, nem pôr isso, houve um incremento tão espetacular que pudesse compensar a falta de estudos daqueles anos. De qualquer forma, o período mais recente, se comparado às décadas anteriores, tem sido bem mais promissor e acabou pôr presenciar o aparecimento de centros de pesquisas voltados às questões internacionais e estratégicas. Em segundo lugar, porque havia certa relutância pôr parte dos próprios pesquisadores em engajar-se na análise desses temas, com receio de serem identificados como simpatizantes do regime militar. Pôr último, também, a consciência que os próprios pesquisadores

tinham sobre as dificuldades para a obtenção de material e acesso às autoridades governamentais, sobretudo militares de alta patente, que ocupavam postos-chaves no governo. Apenas para exemplificar, poderíamos mencionar que certamente o mesmo não se aplicava aos estudiosos estrangeiros, como Thomas Skidmore ou Alfred Stepan, entre outros, que usufruíam de conhecidas facilidades e tinham livre acesso às autoridades e fontes nacionais, além de generosos recursos financeiros para realizar suas pesquisas, ao contrário de seus colegas da região(4).

### **Os temas estratégicos: antecedentes**

O desenvolvimento de estudos nessa área, em termos acadêmicos, deu-se de maneira muito vagarosa. Pelos motivos já citados, tradicionalmente aqueles que se preocuparam em realizar análises sobre esses temas eram encontrados (e continuam sendo) nos conhecidos redutos castrenses, seja nos próprios departamentos especializados existentes nos ministérios militares, seja em outras instâncias estreitamente associadas às mesmas, como o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, etc. Assim, a maioria esmagadora da literatura sobre o assunto foi produzida por militares. Ou seja, ao contrário de muitos países, principalmente europeus e mesmo dos Estados Unidos, esta área era (e em grande medida continua sendo) monopólio do estamento militar. Talvez nem tanto pelo fato de que eles mesmos assim desejassem, e isto se convertesse em realidade, mas porque os próprios civis se mantiveram afastados de assuntos como esses, por motivações variadas como ignorância sobre o tema, falta de vontade, negligência ou incompetência, esquecendo-se da máxima atribuída a Clemenceau de que a guerra é assunto importante demais para se deixá-la apenas nas mãos dos generais.

O meio acadêmico *stricto sensu* participou de maneira muito reduzida na discussão desses problemas, o que não era difícil de se entender. Em primeiro lugar, porque o próprio desenvolvimento das áreas de Ciência Política e Relações Internacionais no Brasil é, ainda, relativamente recente. Para efeito de ilustração,

poderíamos lembrar que apenas há cerca de dez anos foi criado o Departamento de Ciência Política (embora houvesse área de concentração) , desmembrando-o do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, a instituição de ensino mais importante do país. No mesmo período, situação idêntica ocorreu na Universidade de Campinas. A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) que congrega os especialistas da área , pôr sua vez foi fundada em 1986, e realizou até o momento apenas dois encontros nacionais (o segundo deles em outubro de 2000 na cidade de São Paulo).

Estudos realizados pôr Alexandre de Barros, Bolivar Lamounier, Fernando Henrique Cardoso e Maria Cecília Spina Forjaz mostram com nitidez o caminho percorrido pela Ciência Política e as dificuldades para sua institucionalização no país(5).

Alexandre de Barros relembra o apoio concedido pela Fundação Ford para que 16 recém-graduados fossem completar sua formação em universidades norte-americanas. Desses que para lá foram, muitos concentraram sua atenção em Ciência Política, enquanto apenas dois optaram em atuar na área de Relações Internacionais, casos de Maria Regina Soares de Lima (professora do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro- IUPERJ e Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ), profissional de destaque na academia brasileira, e Henrique Novaes (mais voltado às atividades jornalísticas e de consultoria para grandes empresas que atuam no exterior)(6) .

Poderíamos ressaltar, ainda, que se a Ciência Política *stricto sensu* é recente, o estudo das relações internacionais nas universidades brasileiras também padece do mesmo problema, sendo que apenas em 1978 se criou o Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CBRI), no II Encontro de Nova Friburgo(RJ), e que desde aquela data até o presente momento tem funcionado de maneira um tanto precária. O Grupo de Relações Internacionais e Política Externa (GRIFE), no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) foi criado em 1980, pôr ocasião do III Encontro

Nacional desta última instituição, nas dependências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Zairo Borges Cheibub, Maria Regina Soares de Lima, Gerson Moura, Gelson Fonseca Júnior, Paulo Roberto de Almeida, Scott Tollefson e Antônio Cachapuz de Medeiros, além do próprio autor deste texto, já se debruçaram em mais de uma oportunidade para mapear a evolução da área de relações internacionais no país, não só em termos quantitativos (pôr temas, pôr autores ou pôr regiões), mas também para indicar como andam as discussões (ainda muito incipientes) sobre as teorias das relações internacionais no Brasil, como faz Mônica Herz.(7)

Na década de 70, pôr outro lado, começou a ser ministrado uma graduação em Relações Internacionais no curso pioneiro da Universidade de Brasília (1974), seguido do mestrado uma década depois (1984). Neste último ano, também a Universidade Estácio de Sá (UNISA) trilhou o mesmo caminho no Rio de Janeiro, oferecendo sua própria graduação. Adentrando nos anos 90, ocorreu a criação do mestrado também na PUC-RJ, através do Instituto de Relações Internacionais (que hoje ministra o único doutorado na área). Data dos últimos seis anos uma explosão de cursos de graduação em Relações Internacionais, primeiro com o da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (em 1995, ligado ao Departamento de Ciência Política), seguido pôr outros em escala crescente, atingindo atualmente cerca de 40 instituições (70% delas concentradas nas regiões Sul/Sudeste).

Ao longo do tempo, no final dos anos 90, o próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento à pesquisa do Governo Federal, pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, passou a desdobrar o tópico “Política Internacional”, para efeito de enquadramento das solicitações pôr recursos (bolsas, projetos, etc.), em 4 subtópicos, a seguir: “Organizações Internacionais”, “Política Externa do Brasil”, “Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais”, e contemplando também

temas estratégicos, incluindo o item “Integração Internacional, Conflito, Guerra e Paz”.

Simultaneamente à institucionalização das grandes áreas de Ciência Política e Relações Internacionais, observou-se igualmente, um relativo avanço no que diz respeito às pesquisas sobre temas militares e estratégicos.

Primazia dos setores fardados, como já foi dito, aos poucos, sobretudo nos anos 80, os assuntos estratégicos deixaram de ser alvo particular de atenção dos estudiosos das academias militares (que não são aqui objeto de nosso texto).

Muitos anos antes, desde a década de 1920, temas geopolíticos já eram objeto de estudos dos meios civis, escapando das instituições exclusivamente militares. Conforme pode ser comprovado em trabalhos escritos pôr oficiais como Octávio Tosta, Carlos de Meira Mattos, ou pelo próprio autor deste *paper*, quantidade apreciável de textos foi publicada em revistas pertencentes a órgãos públicos federais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Conselho Nacional de Geografia ou o Conselho Nacional de Estatística, pôr profissionais com formações distintas (advogados, professores, diplomatas, historiadores, geógrafos), como Moisés Gikovate, Paulo Henrique da Rocha Correa, Therezinha de Castro e dezenas de outros estudiosos.<sup>(8)</sup> No Rio de Janeiro, chegou-se inclusive a criar em 1961 o Instituto Brasileiro de Geopolítica, que há muito tempo encerrou suas atividades, vendo frustradas as tentativas de ressurgimento nos anos 70.

### **O estágio atual**

Nas duas últimas décadas, pode-se dizer que os estudos estratégicos no país, envolvendo a universidade brasileira – ou professores individualmente – passaram pôr cinco grandes acontecimentos, que giraram em torno dos seguintes eixos:

Num primeiro momento, o marco inicial que vai caracterizar a aproximação dos estudiosos militares e civis preocupados em analisar assuntos estratégicos, em sentido amplo, abracando representantes de diversas



universidades brasileiras, portanto fora dos muros das instâncias militares, foi a realização do seminário internacional intitulado “Política e Estratégia”, em 1979.

Esse primeiro grande encontro foi promovido pelo Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura, reduto tradicional de setores mais conservadores (embora nem todos comungassem a mesma cartilha), cuja direção era exercida por Adolpho Crippa. O seminário foi coordenado pelo professor Oliveiros da Silva Ferreira e pelo general Carlos de Meira Mattos, e realizado em um hotel na cidade de São Paulo. Desse evento participaram como expositores e comentadores, militares e acadêmicos conceituados na área, tanto norte-americanos quanto brasileiros e latino-americanos. Dentre os primeiros pode-se mencionar Lewis Tambs, Roger Fontaine, William Perry, Ray S. Cline, Ronald Schneider e Wayne Selcher; pelo lado brasileiro pontificavam os próprios organizadores, Alexandre de Barros, Ronaldo M. Sardenberg, José Carlos Brandi Aleixo, Carlos Estevam Martins e Vicente Marotta Rangel, entre outros, além de inúmeros oficiais e ex-ministros das pastas militares.

Entre os assuntos discutidos foram incluídos tópicos como a participação do Brasil no sistema mundial de poder, a influência da geopolítica na formação da política internacional, a estratégia das grandes potências, o pensamento militar e a conduta política internacional, questões relacionadas com a guerra nuclear, a defesa do sistema interamericano, não deixando de lado a estratégia dos países não-alinhados.

Somente quatro anos depois, em 1983, seria realizado, pela mesma instituição, o segundo e último seminário sobre idêntico tema. Naquela ocasião estiveram presentes lado a lado, nem sempre compartilhando idéias iguais, acadêmicos e militares. Na mesma oportunidade foi também anunciada a criação do Centro de Estudos Estratégicos(CEE) do Convívio, além de ser lançado o primeiro exemplar da revista cujo nome passou a ser o mesmo do encontro, Política e Estratégia, com os textos apresentados em 1979, acontecimento que pude comentar em artigo publicado pela imprensa.(9) Como se veria depois, por divergências naquela instituição, o CEE foi desativado e a revista editada sob a

responsabilidade do jornalista Antônio Carlos Pereira (editorialista do jornal *O Estado de S. Paulo*), sobreviveu até o vol. VIII, encerrando suas atividades com o exemplar de abril-dezembro de 1990. Durante o tempo em que circulou, com um total de 24 exemplares, Política e Estratégia se converteu no veículo mais importante sobre o assunto, fora do meio militar. A princípio relutante, após os dois primeiros exemplares, parcela significativa do meio acadêmico passou a colaborar regularmente com a revista. Deve-se creditar o sucesso da publicação ao jornalista Antônio Carlos Pereira que, além do trânsito junto às instâncias militares, freqüentava com desenvoltura os eventos acadêmicos, inclusive nos encontros da ANPOCS, sendo não só responsável pôr outros acontecimentos, como freqüentou durante um ano o *International Institute of Strategic Studies* de Londres (IISS).

O segundo momento foi a criação do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1985, apoiado em três grandes eixos temáticos sob a responsabilidade do professor Eliezer Rizzo de Oliveira (Forças Armadas, Estado e Sociedade), do coronel Geraldo Lesbat Cavagnari Filho (Estratégia) e Shiguenoli Miyamoto (Relações Internacionais).

Desde sua criação até a presente data o NEE converteu-se em ponto de referência sobre o assunto no meio acadêmico. Apesar de suas instalações modestas, e com reduzido corpo de apoio, além das restrições orçamentárias, foi possível organizar ao longo desses anos, mais de duas dezenas de seminários sobre estratégia teórica, sobre o papel do Brasil, sobre o uso da força nas relações internacionais, e sobre a guerra e a paz. Ao lado dessas atividades, os membros da instituição (permanentes e colaboradores) puderam participar ativamente em encontros nacionais e internacionais sobre os mais variados temas, inclusive ajudando na organização de eventos com outras entidades, ou mesmo sendo responsável direto pela organização do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos realizado na Universidade de Campinas em 1998. Há necessidade, aqui, de se dar os devidos créditos pelo fato de o NEE se ter tornado conhecido

pelo meio extra-UNICAMP, em grande parte, especialmente à presença assídua do Prof. Oliveira e do Coronel Cavagnari Filho em eventos dentro de suas áreas de especialidade abrangendo tanto instâncias civis quanto militares, no Brasil e no exterior. Face às restrições estatutárias da Universidade, o NEE não desenvolve atividades docentes (prerrogativa das faculdades e institutos), restringindo-se a realização de seminários, encontros e pesquisas.

A produção da instituição é apresentada através da publicação Cadernos Premissas (aberta à colaboração externa), surgida em 1982, e cujo nome foi alterado para Revista Premissas a partir do exemplar que leva o número 21, de maio de 2000. Encontra-se, também, em estágio inicial os Cadernos de Pesquisa, com dois exemplares publicados.

O terceiro momento ocorreu com os Simpósios de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiros, organizados pelo Estado Maior das Forças Armada brasileiro e pelo Estado Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina, realizados em Buenos Aires em sua primeira versão em abril de 1987, e em São Paulo no ano subsequente. Esses eventos contaram com a presença de civis dos dois países, sendo que os textos apresentados nesses dois encontros foram, posteriormente, publicados pela revista Política e Estratégia.

O estágio seguinte foi marcado pelo início dos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos e já realizados em quatro oportunidades: Brasília (1994), São Paulo (1995), Rio de Janeiro (1996) e Campinas/São Paulo (1998). O quinto encontro está previsto para o final do semestre de 2001 em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

Esses encontros caracterizam-se, em primeiro lugar pela sua abrangência, tanto em termos temáticos, regionais, quanto institucionais, incluindo profissionais brasileiros e estrangeiros. Em segundo lugar, pela presença constante de autoridades do primeiro escalão governamental, como o Ministro das Relações Exteriores, da Fazenda e do Planejamento ou o Secretário de Assuntos Estratégicos. Em terceiro lugar, pelo entendimento lato do que se entende pôr estratégia. Se pensarmos que originalmente a própria terminologia deveria ser

referida apenas para questões de defesa e segurança, nesses encontros o que mais se verificou foi a existência de sessões em que o uso do termo adquiriu ampla conotação. Assim foram abordados temas como as mudanças do ensino superior na era da globalização, a importância da medicina de grupo para a saúde, passando pôr separação de poderes e estabilidade constitucional e arranjos organizacionais e políticas públicas. Além do mais, percebe-se, também, que em muitas apresentações individuais ou em mesas redondas, em parte apreciável dos casos, os palestrantes deixavam muito a desejar em termos da qualidade de suas falas. Pôr último, pelo elevado número de participantes presentes nos encontros, às vezes em torno de 900 pessoas, mas que depois se dispersam completamente pelo país, sem acúmulo de resultados. Ou seja, se há potencialmente uma clientela muito grande interessada nos temas estratégicos, então, é óbvio, o que tem faltado é uma capacidade para aglutinar tais pessoas, tanto dentro das universidades como fora do âmbito estritamente acadêmico, criando outras instituições reunindo profissionais com as mais variadas formações.

Conforme explicitavam em 1994 os organizadores do I ENEE, o Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (CEE/SAE/PR), e o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias da Universidade de São Paulo (NAIPPE/USP), a idéia para aquele encontro (e os futuros) teve claras motivações: “estimulados pela necessidade de fomentar e proporcionar novas oportunidades para o conagraçamento, a troca de informações sobre projetos e programas e o debate entre especialistas, resolveram unir esforços e promover em Brasília um encontro das pessoas que se interessam pelos estudos estratégicos no Brasil”. (9)

O II Encontro foi organizado pelo NAIPPE/USP, enquanto o III teve como co-anfitriões a Escola Superior de Guerra, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ao passo que a última edição dos encontros foi realizada em 1998 na cidade de Campinas sob os auspícios do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP.

Finalmente o quinto e último estágio do desenvolvimento da área no país, é marcado pela participação de professores e pesquisadores em atividades promovidas pelo Center for Hemispheric Defense Studies (CHDS), a partir de 1998, seja nos seminários de três semanas, seja nos encontros mais breves como o REDES.

Evidentemente que além desses cinco momentos, verificaram-se atividades paralelas incluindo desde numerosos encontros e mesas redondas que abordavam desde a questão da estratégia, até a criação de outras instituições, como o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES, 1981) que abrange principalmente oficiais da reserva, ex-diplomatas, profissionais de diferentes categorias, incluindo alguns do meio acadêmico, o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Universidade Federal Fluminense em 1988, o Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos (IBAE) e o próprio NAIPPE(1992), este último coordenado pelo professor Braz José Araujo, ambos sediados na cidade de São Paulo. Além desses pode-se mencionar, ainda, o Grupo de Debates Estratégicos de Recife/Pernambuco, os Núcleos de Estudos Estratégicos (NEST) criados em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina (novembro de 1993) e em Recife na Universidade Federal de Pernambuco(março de 2000), o Centro de Estudos das Américas, da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM-RJ), que desenvolve atualmente um projeto de pesquisa intitulado “Inserção internacional de segurança do Brasil”; o Grupo de Estudos Estratégicos (GEE/COOPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e sites que trazem informações sobre os temas, como o <http://www.defesanet.com.br>, e o da Universidade Federal de Uberlândia (<http://www.geocities.com/conflitos/>). Desses agora mencionados o NAIPPE é, sem qualquer sombra de dúvida, um dos mais importantes, estando ancorado na Universidade de São Paulo, e o que mais atividades tem desenvolvido, tendo publicado vários livros como os Anais do III ENEE pôr ele organizado, além de um volume inteiro dedicado aos conflitos localizados no mundo contemporâneo; conte-se, ainda, os seminários regulares oferecidos anualmente.

Embora as atividades sobre assuntos estratégicos estivessem concentradas na parte sudeste do país, fundamentalmente no estado de São Paulo, observou-se que o tema mereceu atenção em outras localidades, ainda que de maneira um tanto dispersa. Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cerca de 230 quilômetros da capital paulista, realizou-se em julho de 1996 um ciclo de palestras cujo tema central era a guerra e a paz. Nos encontros da ANPOCS algumas sessões contemplaram discussões sobre o tema, ainda que não se repetisse o mesmo anualmente. Questões estratégicas eram eventualmente objeto de discussão em ciclos realizados pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelo Instituto de Pesquisa sobre Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores, pelo Instituto Alberto Pasqualini do Rio de Janeiro, pela Fundação Armando Álvares Penteado de São Paulo, nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), nos congressos estaduais e nacionais de sociólogos, na Universidade Estadual Paulista (UNESP) em seus diversos *campi*, na Associação Internacional de Pesquisa para a Paz (IPRA), no Rio de Janeiro, na Universidade de Brasília, na Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Paranaguá/Paraná, etc.

A produção sobre o tema, de maneira ampla, passou a ser objeto de interesse pôr parte de pesquisadores que até então se detinham à análise das relações internacionais em sentido mais genérico ou a assuntos correlatos. Dentre estes novos estudiosos podemos mencionar os esforços de João Roberto Martins Filho (Universidade Federal de São Carlos), Rafael Duarte Villa (Universidade Federal do Paraná), Hector Saint Pierre e Suzeley Kalil Mathias (ambos da Universidade Estadual Paulista, campus de Franca), Mônica Herz (Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ) e Eugênio Garcia (mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e atual diplomata de carreira).

### **Notas finais**

Apesar de verificar-se razoável aumento do número de pessoas e de instituições que passaram a se dedicar aos estudos estratégicos no país, particularmente nas duas últimas décadas, é prematuro afirmar que se trata de

uma área consolidada, enfrentando os mesmos problemas pelas quais passa, ainda, o campo das Relações Internacionais (embora estas estejam em nítida vantagem). Com um agravante. Enquanto esta última tem sido considerada como extremamente importante já que a velocidade imprimida pelos meios de comunicação (principalmente televisão a cabo e a internet) tem levado o mundo para dentro de todas as casas, tirando-as do isolamento nacional, os temas estratégico-militares permanecem sendo estreitamente identificados e considerados como assuntos pertinentes à caserna.

De um lado, nota-se que as pesquisas, os cursos e os profissionais voltados para a estratégia encontram-se, ainda, focalizadas sobre uma ou outra instituição, com as mesmas pessoas que atuam na área há bastante tempo. Isto é perceptível, pôr exemplo, no número de pessoas que participaram até o momento dos próprios seminários do CHDS e do programa REDES. Grande parte desses pesquisadores/professores que participou em mais de uma ocasião dos eventos do CHDS, são os mesmos que circulam nas instituições aqui mencionadas e mantêm estreito vínculo com o Núcleo de Estudos Estratégicos, seja como membro, como professores ou como alunos dos cursos de pós-graduação da UNICAMP. Apenas dois membros do NAIPPE, incluindo o coordenador, estiveram presentes em eventos do CHDS. Em parte isto é interessante, porque faz com que esses profissionais aprimorem seus conhecimentos e ampliem os contatos com os demais colegas das Américas. Pôr outra parte, este fato indica que o número de pessoas interessadas nesses estudos no país é, ainda, pouco significativo. Uma forma de aumentar a participação de outros setores/universidades deveria, portanto, receber atenção maior e uma atuação mais agressiva pôr parte do CHDS. Isto poderia ser feito, pôr exemplo, tanto pelo encaminhamento de *folders* com informações sobre o que é o CHDS, seus objetivos, quais são as modalidades de cursos, prazos para inscrição, critérios de seleção, etc., (não se restringindo apenas às informações colocadas na internet) para os departamentos de Ciência Política, Relações Internacionais e História, entre outros cursos, além dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) de todas as instituições públicas e particulares do país que desenvolvem atividades nas áreas citadas.

Em segundo lugar, o encerramento das atividades do Centro de Estudos Estratégicos do Convívio e da revista Política e Estratégia, constituíram-se em grandes perdas que não foram até o momento repostas, já que não surgiu outra entidade com igual peso que a pudesse substituir. Isto mostra, pôr outro lado, que a sobrevivência de programas e publicações tem dependido, até agora, fundamentalmente de esforços individuais – no caso dos jornalistas de *O Estado de S. Paulo*, Antônio Carlos Pereira e do professor Oliveiros da Silva Ferreira, que deram impulso ao CEE/Convívio, criando depois o IBAE, cujas atividades praticamente desapareceram nos últimos anos.

Em terceiro lugar, o ímpeto inicial ocasionado pelos primeiros encontros nacionais de estudos estratégicos arrefeceu, observando-se dificuldades para a realização dos mesmos, que deveriam ser anuais. Realizados em 1994 e nos dois anos seguintes, a quarta edição só ocorreu dois anos depois enquanto o próximo encontro será concretizado (se o for), com três anos de intervalo. O que significa dizer que são observadas dificuldades para que uma instituição de grande porte assumira o evento, visto que as que dispunham de algum capital humano na área já deram sua quota realizando sua parte. Daí o próximo evento estar sob a responsabilidade da Escola Superior de Geopolítica e Estratégia D. João VI, completamente desconhecida fora da cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul e até do meio acadêmico local. Na mesma ocasião será também realizado o 1º Encontro de Estudos Estratégicos do Mercosul.

Verifica-se, também, que a única revista que circula atualmente no meio acadêmico, especificamente dedicada ao tema, a Premissas do NEE/UNICAMP, tem apresentado freqüentemente problemas de edição, sofrendo consideráveis atrasos desde abril de 1997, além de sua pequena tiragem (cerca de 300 exemplares) com restrita circulação. Situação parecida é observada com as publicações do CEBRES. A Parcerias Estratégicas, que sempre traz boas contribuições do meio acadêmico, editada pelo Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia desde maio de 1996 chegou agora ao 10º número. Até recentemente, o CEE esteve sob a coordenação de Carlos Henrique



Cardim, professor da Universidade de Brasília e diplomata de carreira. Neste local, professores sempre ocuparam (ocupam) postos-chave, casos do próprio Cardim e de Eiiti Sato (além de Thomaz Guedes da Costa e outros profissionais graduados em Relações Internacionais que hoje se encontram retirados), mesmo quando o Centro se achava subordinado à antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos.

No que concerne aos grupos que pudessem converter-se em centros irradiadores de estudos estratégicos, a situação não é tão alentadora, como à primeira vista poderia parecer. A iniciativa de jovens pesquisadores em fazer funcionar uma associação de ex-participantes dos encontros do CHDS, apesar de se lavrar ata constituindo-a formalmente, foi deixada de lado após algumas sessões, já que instância semelhante visando aglutinar os mesmos participantes foi igualmente criada no âmbito da Escola Superior de Guerra. Embora esta última instituição tenha se aproximado do meio acadêmico nos últimos anos, não encontrou, pôr parte desta receptividade, já que a ESG continua sendo uma instituição militar, motivo já suficiente para que grande parte de acadêmicos veja nela *locus* que não deve ser privilegiado em seus contatos. Mesmo porque desde sua criação em 1949, tal entidade sempre fez questão de enfatizar e alardear conceitos que foram, posteriormente, identificados com as posturas autoritárias assumidas pelo governo no pós-64, e outorgando-se o papel de irradiadora de influências nesse período.

Já no plano estritamente acadêmico, embora sempre houvesse trabalhos relativos a temas estratégicos, os grupos de trabalho sobre “Relações Internacionais e Política Externa” (criado em 1980) e o de “Forças Armadas, Estado e Sociedade” (1983) organizados em âmbito nacional na ANPOCS sofreram alguns revezes. Apesar de funcionar na ANPOCS desde o terceiro encontro, o GRIPE esteve fora da programação dos encontros anuais de 1995 a 1998, retornando depois com o nome de Política Internacional. O Grupo de trabalho sobre “Forças Armadas, Estado e Sociedade” também encontra-se fora da ANPOCS desde 1998, sem certeza de retorno.

Outros centros como os NEST das universidades de Santa Catarina e Pernambuco focalizam a questão estratégica sob outra ótica, ao passo que as demais instituições caminham precariamente, muitas delas existindo pró-forma, com um único responsável, ou simplesmente desaparecendo com o tempo. Ou seja, o número de instituições existentes, se apenas utilizarmos o critério quantitativo, não espelha a verdadeira situação da área no país. Na prática, não se observa mais do que quatro universidades que mantêm núcleos ou grupos que podem ser considerados eficazes, assim mesmo com grandes ressalvas (poucos pesquisadores, recursos escassos e instalações físicas institucionais longe de serem consideradas satisfatórias).

As reuniões de alunos através dos Encontros Nacionais de Estudantes de Relações Internacionais (ENERI) e dos do Cone Sul, têm às vezes aberto brechas para discussões estratégicas em uma ou outra sessão, dividindo-as com outros assuntos, mas sem qualquer tipo de compromisso com o tema, variando a cada encontro, de acordo com as conjunturas.

Mesmo com esse quadro, pode-se dizer que a situação é melhor do que a dos anos anteriores e, apesar de vagarosamente, alguns projetos de pesquisa envolvendo inclusive docentes de instituições diferentes têm sido realizados. O próprio projeto binacional argentino-brasileiro, com recursos da Fundação Vitae, ainda que modesto em suas pretensões, trata das “Novas ameaças: dimensões e perspectivas”, coordenado do lado brasileiro pela professora da UNESP, Suzeley Kalil Mathias, e pôr Marcelo Fabian Sain da Universidade de Quilmes pelo lado argentino, caminha nessa direção, embora se deva, porém, ressaltar que ambos fizeram seu doutorado na Universidade de Campinas, orientados pelo autor deste texto e pelo prof. Eliezer Rizzo de Oliveira, respectivamente.

## Referências bibliográficas

1. Para efeito deste texto vou me restringir tão somente às instâncias acadêmicas. Algumas instituições aqui mencionadas, embora sejam militares, ou híbridas (com militares e civis, mas sem estatuto militar) são levadas em consideração, quando professores e pesquisadores civis fizeram parte das sessões, ou mesmo da organização dos eventos. Instituições estritamente militares, que desenvolvem atividades só permitidas aos membros das Forças Armadas, não são aqui analisadas. Da mesma forma, a Escola Superior de Guerra (ESG) ou suas congêneres regionais (ADESGs) são apenas mencionadas *en passant*.
2. Cf. MELO, Murilo Fiuza de – “Globalização explica ascensão de ‘Beira-Mar’”, O Estado de S. Paulo, 04 de abril de 2001.
3. Cf. BARROS, Alexandre de S.C. – The brazilian military – professional socialization, political performance and State building, Ph. D. Thesis, University of Chicago, 1978, mimeo; COELHO, Edmundo Campos – Em busca de identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1976; FIGUEIREDO, Eurico Lima – Os militares e a democracia, Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1980; DREIFUSS, René – 1964 – A conquista do Estado, Rio de Janeiro: Vozes Editora, 1981; OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de – As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Rio de Janeiro: Petrópolis:Vozes, 1976.
4. Pôr exemplo STEPAN, Alfred – Brasil - Los militares y la política. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.
5. Cf. BARROS, A S. C. – “El estudio de las relaciones internacionales en Brasil”, in PERINA, R.M. (org.) – El estudio de las relaciones internacionales en America Latina y el Caribe, Buenos Aires:Grupo Editor Latinoamericano, 1985. ; CARDOSO, F. H. & LAMOUNIER, B. – “A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico”, in LAMOUNIER, B. (org.) – A ciência política nos anos 80. Brasília: Editora da UnB, 1982; “A bibliografia de Ciência Política no Brasil (1949-1974)”, Dados, Rio de Janeiro, IUPERJ (18): 3-32, 1978; FORJAZ, M. C. S. – “A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ANPOCS, vol. 12 (35): 101-120, 1997.
6. Cf. BARROS, A. S. C. , “El estudio de las relaciones internacionales en Brasil”, op. Cit.,
7. Cf. FONSECA JR., G. – “Estudos sobre política externa no Brasil: os tempos recentes (1950-1980)”, in FONSECA JR. & LEÃO, V. C. (orgs.) – Temas de política externa brasileira, Brasília: FUNAG/IPRI/Ática, 1989; CHEIBUB, Z.B. & LIMA, M.R.S. – “Relações Internacionais e política externa brasileira: debate intelectual e produção acadêmica”, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1983, mimeo; CHEIBUB, Z.B. – Bibliografia brasileira de relações internacionais e política externa Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981, mimeo; LIMA, M.R.S. & MOURA, G. – “Relações internacionais e política externa brasileira: uma resenha bibliográfica”, BIB, ANPOCS,(13): 5-36, 1º semestre de 1982; MEDEIROS, A. P. C. de – “As relações internacionais como área de estudos na América Latina”, Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, UFMG (55): 65-88, julho de 1982; ALMEIDA, P. R. de – O estudo das

- relações internacionais do Brasil. São Paulo: UNIMARCO, 1999; HERZ, M. – “O estudo das relações internacionais no Brasil”, Texto apresentado no Seminário da ABCP em Ouro Preto (MG), 24-28 de julho de 2000, mimeo; TOLLEFSON, Scott – “International relations”, paper apresentado no Seminário de Estudos Brasileiros realizado pela Embaixada do Brasil, Washington-USA, 2-3 de dezembro de 2000, mimeo, e a ser publicado no Guide to the study of Brazil in the US, 1945-2000; MIYAMOTO, Shiguenoli – “O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte”, Revista de Sociologia e Política, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, (12): 83-98, 1999.
8. CF. TOSTA, Octávio – “Everardo Backheuser, o precursor da geopolítica no Brasil”. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 532 (3): 139-161, 1958. MEIRA MATTOS, Carlos de – “A geopolítica brasileira: predecessores e geopolíticos”, Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, ano XVII (39):58-82, 2000; MIYAMOTO, Shiguenoli – Geopolítica e poder no Brasil, Campinas: Papirus, 1995.
  9. Cf. meu texto “Discutindo política e estratégia”, “Cultura”, III (187): 14, O Estado de S. Paulo, 08 de janeiro de 1984.
  10. Citação retirada do programa do I ENEE, p. 2, mimeo.